



## Decisão 01896/2021-8 - 1ª Câmara

**Processo:** 08949/2017-6

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Aposentadoria

**UG:** IPAJM - Instituto de Previdência Dos Servidores do Estado do Espírito Santo

**Relator:** Marco Antônio da Silva

**Interessado:** MARIA APARECIDA FRANCISCO

### **ATOS SUJEITOS A REGISTRO – APOSENTADORIA – REGISTRO – DETERMINAR – CIÊNCIA – ARQUIVAR.**

1. O preenchimento dos requisitos legais e constitucionais, no que se refere ao ato concessório, aliado à correta fixação dos proventos, impõe o registro do ato em apreço, ante sua regularidade, com expedição de determinação.

### **O RELATOR EXMO SR. CONSELHEIRO SUBSTITUTO MARCO ANTONIO DA SILVA:**

Versam os presentes autos acerca de **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO ESPECIAL DE MAGISTÉRIO**, concedida à servidora em epígrafe, a partir de **16/5/2017**, por meio das **Portarias 2124/2017, vínculo 51** (fl.188) e **2916/2017, vínculo 52** (fl. 206), com supedâneo no art. 6º, incisos I, II, III, IV, e art. 7º, da Emenda Constitucional 41/2003, que se submete à apreciação desta Corte de

Contas para fins de **REGISTRO**, na forma estatuída na Carta Magna, art. 71, inciso III, bem como no art. 1º, inciso VI, da Lei Complementar Estadual 621/2012.

Ressalte-se que os presentes autos vieram a este Tribunal de Contas na forma física e foram digitalizados/convertidos integralmente em processo eletrônico, conforme Termo de Conversão de Processo Físico em Eletrônico 03758/2020-5 e Validação de Conversão de Processo Físico para Eletrônico 02832/2020-1, tendo sido devolvido à origem por meio do Protocolo 17317/2020.

A área técnica, através do NRP – Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal, nos termos da Instrução Técnica Conclusiva – ITC 02276/2020-8, opinou pelo **REGISTRO** do ato.

O Ministério Público Especial de Contas, através do Procurador, Dr. Luciano Vieira, nos termos do Parecer 02253/2021-5, em consonância parcial com o posicionamento da área técnica, pugnou pelo registro do ato, com expedição de **determinação**.

Conforme regular distribuição vieram os autos a este magistrado de contas para emissão de relatório e voto para efeito de deliberação do Colegiado, na forma do art. 29 do Regimento Interno, Resolução TC 261/2013.

**É o sucinto relatório.**

## **V O T O**

Tratam os presentes autos de aposentadoria, encaminhada a este Egrégio Tribunal de Contas para efeito de análise e posterior apreciação, em razão da documentação que lhe deu suporte.

### **1. DAS CONSIDERAÇÕES DE FATO E DE DIREITO:**

A interessada aposenta-se no cargo de Professor A, V.12, Número Funcional 265473/51, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo,

contando com 32 anos, 2 meses e 17 dias de serviço/contribuição (fl. 188), sendo os proventos fixados no valor de R\$ 2.933,58 (dois mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), conforme fl. 184 dos autos, e, de Professor A, V.11, Número Funcional 265473/52, do Quadro do Magistério do Serviço Civil do Poder Executivo, contando com 25 anos, 8 meses e 6 dias de serviço/contribuição (fl. 206), sendo os proventos fixados no valor de R\$ 2.848,14 (dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos), conforme fl. 185 dos autos.

Da análise do feito, verifico que o douto representante do *Parquet* de Contas divergiu parcialmente da área técnica, pugnano pelo registro do ato com expedição de determinação à origem, no sentido de que: 1) retifique o ato concessor para fazer constar o fundamento constitucional contido no art. 2º da EC 47/2005, que confere paridade integral de revisão dos proventos de aposentadoria concedida com base no art. 6º, caput, da EC n. 41/2003, remetendo a este Tribunal de Contas cópia da publicação do ato retificador; 2) que na instrução dos futuros processos de aposentadoria, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014.

Assim, transcreve-se os termos do Parecer 02253/2021-5, *verbis*:

[...]

Na espécie, observam-se consumados os respectivos suportes fáticos, a saber: os requisitos de idade e de tempo de contribuição, observado o redutor constitucional de 5 anos da aposentadoria específica do magistério, e o efetivo exercício da atividade laborativa no serviço público, na carreira e no respectivo cargo em que se concederam as aposentadorias.

Denota-se, ainda, que os proventos, nos valores de R\$ 2.933,58 (vínculo 51) e R\$ 2.848,14 (vínculo 52), às fls. 49/50, evento 4, correspondem à integralidade das últimas remunerações do servidor na atividade, atendido o critério de revisão de paridade.

Nada obstante, conforme demonstrado a seguir, os atos concessórios editados pelo órgão previdenciário, não estão suficientemente fundamentados, o que não constitui óbice à autorização de registro por parte deste egrégio Tribunal de Contas, uma vez comprovada a legalidade dos benefícios na forma concedida, fazendo-se possível a retificação dos atos *a posteriori*.

#### **1.1 – Da insuficiente fundamentação dos atos concessórios**

Dispõe o art. 15, § 1º, inciso IX, da IN TC n. 31/2014 que a autoridade administrativa deverá encaminhar a este egrégio Tribunal de Contas para a apreciação de sua legalidade, mediante protocolo eletrônico, o ato original de concessão da aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva remunerada, devidamente numerado, datado e assinado pela autoridade competente, constando, ainda, nome do interessado; cargo, graduação ou posto ocupado (nomenclatura, padrão, nível e/ou referência); dispositivo legal da aposentadoria, reforma ou transferência para reserva remunerada; amparo legal da fixação de proventos e data de vigência do respectivo ato.

As portarias elaboradas pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Espírito Santo não mencionam a integralidade dos dispositivos constitucionais que regulamentam a revisão dos benefícios concedidos.

Observa-se que as aludidas portarias adotam como fundamento legal os arts. 6º, incisos I, II, III e IV, e 7º da EC n. 41/2003, omitindo o art. 40, § 5º, da CF, que trata do redutor constitucional de tempo de serviço para a aposentadoria especial do magistério.

Ademais, o art. 7º da EC n. 41/2003 apenas garante a paridade de revisão dos proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes em fruição na data de sua publicação, bem como dos proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, é dizer, daqueles que até a data de sua publicação tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

A paridade integral de revisão dos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do *caput* do art. 6º da EC n. 41/2003 foi estabelecida pelo art. 2º da EC n. 47/2005, que determinou a incidência do disposto no art. 7º daquela Emenda.

No ato de aposentadoria devem constar todos os dispositivos constitucionais e legais que fundamentam a concessão do benefício e a forma de fixação e revisão dos proventos.

Além de exigência regimental, a precisa indicação dos dispositivos legais e constitucionais que fundamentam a concessão da aposentadoria e a fixação e revisão dos proventos é imprescindível para o controle do ato e dos prospectivos efeitos em razão princípio *tempus regit actum* na seara previdenciária.

Logo, o art. 40, § 5º, da Constituição Federal e o art. 2º da EC n. 47/2005 devem constar da fundamentação dos atos, sendo que este último integra a norma prevista no art. 7º da EC n. 41/2003.

## **2 – CONCLUSÃO**

Posto isso, **oficia o Ministério Público de Contas:**

**2.1 – com fulcro no art. 71, inciso III, da CF c/c art. 117, inciso I, da LC n. 621/2012, officia para que seja concedida autorização para o registro dos atos;**

**2.2 – nos termos do art. 1º, inciso XVI, da LC n. 621/12, sejam expedidas as seguintes determinações ao atual gestor do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo:**

a) **que retifique os atos concessores para fazer constar os fundamentos constitucionais relativo a redutor de tempo de serviço de magistério previsto no art. 40, § 5º, da Constituição Federal, bem como o contido no art. 2º da EC n. 47/2005, que confere paridade integral de revisão dos proventos de aposentadoria concedida com base no art. 6º, *caput*, da EC n. 41/2003, remetendo-se a este egrégio Tribunal de Contas cópia da publicação dos respectivos atos;**

b) **que na instrução dos futuros processos de aposentadoria, observe rigorosamente o disposto no art. 15 da IN TC n. 31/2014.** –g.n.

No caso em apreço, entendo que em parte assiste razão ao douto representante do *Parquet* de Contas, quanto à expedição de determinação sugerida, todavia, sem necessidade de retorno de ato a este Tribunal de Contas.

Desse modo, acompanho parcialmente ao douto representante do Ministério Público Especial de Contas, expedindo a determinação sugerida, porém, sem necessidade de retorno de informação a este Tribunal de Contas, afinal, a

documentação constante dos autos, bem como o fundamento legal do ato concessório evidenciam a regularidade da aposentadoria em apreço.

## 2. DO DISPOSITIVO:

Ante o exposto, acompanhando parcialmente o posicionamento da área técnica e do Ministério Público Especial de Contas, proponho **VOTO** no sentido de que o Colegiado aprove a seguinte minuta de **Decisão** que submeto à sua consideração.

**MARCO ANTONIO DA SILVA**

Relator

### 1. DECISÃO TC- 1896/2021-8:

**VISTOS**, relatados e discutidos estes autos, **DECIDEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator:

**1.1. REGISTRAR** as **Portarias 2124/2017** (vínculo 51) e **2916/2017** (vínculo 52), que concedem aposentadoria à Sra. **Maria Aparecida Francisco**, a partir de **16/5/2017**, com proventos fixados nos valores de **R\$ 2.933,58** (dois mil, novecentos e trinta e três reais e cinquenta e oito centavos), no vínculo 51, e **R\$ 2.848,14** (dois mil, oitocentos e quarenta e oito reais e quatorze centavos), no vínculo 52;

**1.2. DETERMINAR** ao IPAJM que proceda a retificação do ato para inclusão do § 5º, do art. 40 da Constituição Federal e o art. 2º, da EC 47/2005, sem necessidade de remessa da publicação a este Tribunal de Contas, procedendo-se aos referidos ajustes nos futuros processos, tal qual indicado pelo *Parquet* de Contas;

**1.3. DAR CIÊNCIA** aos interessados;

**1.4. ARQUIVAR** os presentes autos.

2. Unânime.

3. Data da Sessão: 25/06/2021 – 28ª Sessão Ordinária da 1ª Câmara.

4. Especificação do quórum:

4.1. Conselheiros: Sérgio Aboudib Ferreira Pinto (presidente), Sebastião Carlos Ranna de Macedo e Rodrigo Coelho do Carmo.

4.2. Conselheiro Substituto: Marco Antonio da Silva (relator).

5. Membro do Ministério Público de Contas: Procurador de Contas Heron Carlos Gomes de Oliveira.

**CONSELHEIRO SERGIO ABOUDIB FERREIRA PINTO**

Presidente